

# **Justiça em Números 2015 (Ano Base 2014)**

---

## **Estudo Técnico 01/2015**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**Abril de 2015**





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS  
DIVISÃO DE ESTATÍSTICA**

Estudo Técnico nº 01/2015/SEPLAG

Assunto: Relatório Justiça em Números 2015 (Ano base 2014)

## **1. Introdução**

Anualmente o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove a publicação do Relatório Justiça em Números, o qual, a partir dos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta os principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, ao congestionamento processual e à produtividade de magistrados e servidores, fazendo, ainda, uma análise comparativa dos tribunais com base nos resultados obtidos em cada ano.

Em que pese a publicação do Relatório Justiça em Números referente ao exercício de 2014 pelo CNJ esteja prevista somente para o 2º semestre do corrente ano, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, que é a unidade responsável pelo encaminhamento semestral ao CNJ das informações pertinentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, elaborou o presente Estudo Técnico como forma de antecipar o desempenho do TJCE que será objeto de publicação no Relatório Justiça em Números 2015 (Ano base: 2014).

Nesse sentido, o documento ora apresentado contém uma análise descritiva dos resultados obtidos pelo TJCE nos principais indicadores do Justiça em Números referentes ao exercício de 2014, trazendo, ainda, análises da evolução dos mesmos nos últimos anos.

Vale ressaltar que não foi possível a realização de diagnósticos comparativos com os demais tribunais, tendo em vista que os resultados destes somente estarão disponíveis a partir da publicação do relatório final por parte do CNJ.

## 2. Análise

### 2.1 Despesas

Em 2014 a despesa total do TJCE foi de R\$ 1.063.447.946,52, valor este que correspondeu a 0,99 % do PIB do Estado e representou um acréscimo de 13,97% em relação à despesa do Tribunal em 2013 (Tabela 1). Nos anos anteriores, as despesas registraram os seguintes percentuais de acréscimo: 9,61% em 2013, 14,53% em 2012, 6,92% em 2011 e 26,78% em 2010.



As despesas com informática foram as que apresentaram maior percentual de crescimento desde 2010, sendo, em 2014, 112% mais alta do que a registrada em 2010 (R\$ 51.857.062,14 em 2014 e R\$ 24.482.168,33 em 2010). Tal aumento justifica-se, em grande parte, pelo projeto de virtualização, que vem sendo implantado nos processos judiciais e na área administrativa desde 2009.

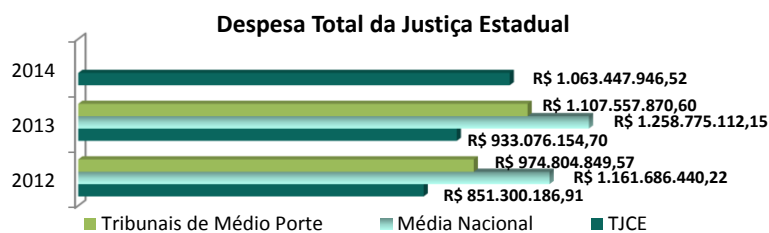
A maior proporção dos recursos, por outro lado, foi destinada às despesas com recursos humanos, que representaram 94,61% da despesa total, acima da média nacional da Justiça Estadual registrada em 2013, que foi de 88,1%. Considerando-se apenas as despesas com pessoal e encargos, estas representaram 90,8% da despesa total do TJCE em 2014 e registraram um crescimento de 84% no quinquênio 2010-2014. Na Tabela 1 são detalhadas as despesas do TJCE desde 2010 e no gráfico subsequente é apresentada a evolução das mesmas no triênio 2012-2014, comparada com as médias da Justiça Estadual e dos tribunais de médio porte registradas até 2013:

**Tabela 1** – Evolução Anual das Despesas do TJCE

Ano	Despesa Total (R\$)	% da Despesa em relação ao PIB	Despesa com RH (R\$)	% da Despesa com RH em relação à Despesa Total	Despesa por habitante (R\$)	Despesa com Informática (R\$)
2010	695.198.366,00	1,14%	541.792.503,42	77,93%	82,29	24.482.168,33
2011	743.313.198,96	0,91%	647.086.130,89	87,05%	87,14	14.835.255,36
2012	851.300.186,91	0,95%	770.595.855,75	90,52%	98,92	21.147.786,75
2013	933.076.154,70	0,88%	883.154.701,60	94,65%	106,29	41.397.153,09
2014	1.063.447.946,52	0,99%	1.006.148.173,00	94,61%	120,26	51.857.062,14

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 1:** Despesa Total do TJCE em comparação com a Média– 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

## 2.2 Recursos Humanos

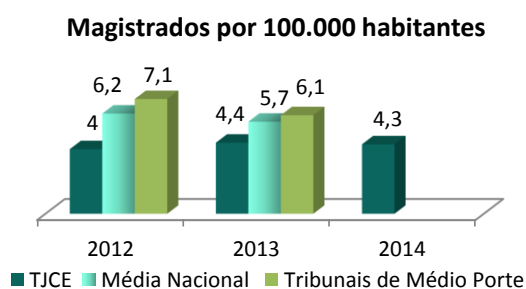
No que se refere ao quadro de pessoal, foram registradas reduções nos quantitativos de servidores e de magistrados<sup>1</sup>, os quais caíram de 387 magistrados e 5.462 servidores em 2013 para 378 magistrados e 5.313 servidores em 2014, registrando, neste último ano, a proporção de 4,3 magistrados e 60,1 servidores para cada 100.000 habitantes do Estado do Ceará (Tabela 2). Vale ressaltar que referidas proporções se encontram em patamar bastante inferior à média dos tribunais de médio porte<sup>2</sup> registrada em 2013, que foi de 6,1 magistrados (Gráfico 2) e 150 servidores por 100.000 habitantes (Gráfico 3).

**Tabela 2 –** Quantidade de Magistrados e Força de Trabalho do TJCE – 2010-2014

Ano	Número de Magistrados <sup>1</sup>	Número de Servidores	Magistrados por 100.000 hab	Servidores por 100.000 hab
2010	403	4.681	4,7	55,4
2011	488	5.211	5,7	61,1
2012	340	5.223	4,0	60,7
2013	387	5.462	4,4	62,2
2014	378	5.313	4,3	60,1

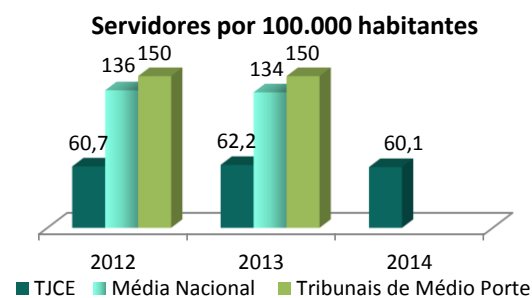
Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 2 –** Número de Juizes por 100.000 habitantes – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 3 –** Número de Servidores por 100.000 habitantes – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

<sup>1</sup> Quantitativo de magistrados em efetivo exercício no 1º e 2º graus, obtido a partir do total de cargos de magistrados providos, deduzidos do número de magistrados afastados da jurisdição.

<sup>2</sup> O TJCE faz parte do grupo de tribunais de médio porte (10 tribunais)

A distribuição dos magistrados por segmento em 2014 é apresentada na Tabela 3, incluindo os quantitativos de juízes que atuam nas Turmas Recursais e acumularam função no 1º Grau ou nos Juizados Especiais.

**Tabela 3** – Número de cargos e magistrados em atuação – 2014











Segmento	Cargos Existentes	Cargos Providos
2º Grau	43	43
1º Grau	385	308
1º Grau e Turmas Recursais	-	12
Juizados Especiais	43	36
Juizados e Turmas Recursais	-	2

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

### 2.3 Demanda, Produtividade e Carga de Trabalho

A tabela abaixo apresenta os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2014, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação ao exercício anterior:

**Figura 1:** Movimentação Processual do TJCE em 2014

	 <b>Estoque</b>	 <b>Δ (+/-)</b>	 <b>Casos Novos</b>	 <b>Δ (+/-)</b>	 <b>Julgados</b>	 <b>Δ (+/-)</b>	 <b>Baixados</b>	 <b>Δ (+/-)</b>	 <b>Saldo Estimado</b>
2º Grau	56.117	↑ 39,3%	28.083	↓ -3,5%	25.761	↑ 18,3%	33.005	↑ 16,2%	51.195
1º Grau	947.277	↑ 11,9%	234.838	↓ -4,0%	176.699	↑ 5,9%	353.252	↑ 14,9%	828.863
Turmas Recursais	11.501	↑ 11,3%	4.605	↓ -17,6%	8.253	↑ 16,7%	5.592	↓ -9,9%	10.514
Juizados Especiais	141.237	↑ 4,7%	61.227	↓ -32,6%	100.931	↑ 21,8%	78.714	↑ 2,3%	123.750
<b>Total</b>	<b>1.156.132</b>	<b>↑ 12,0%</b>	<b>328.753</b>	<b>↓ -11,2%</b>	<b>311.644</b>	<b>↑ 12,1%</b>	<b>470.563</b>	<b>↑ 12,3%</b>	<b>1.014.322</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE (adaptado de Relatório Justiça em Números 2014 (Ano base 2013) – CNJ)

Em relação ao quantitativo de processos novos, o TJCE apresentou uma redução de 11,2% em relação a 2013, totalizando 328.753 processos ingressos em 2014. Esse declínio se deu, em grande parte, pela não consideração dos processos ingressos nos Juizados Especiais por meio do Processo de Justiça Eletrônico (PJE), haja vista a inexistência de regras de extração de dados para o referido sistema.

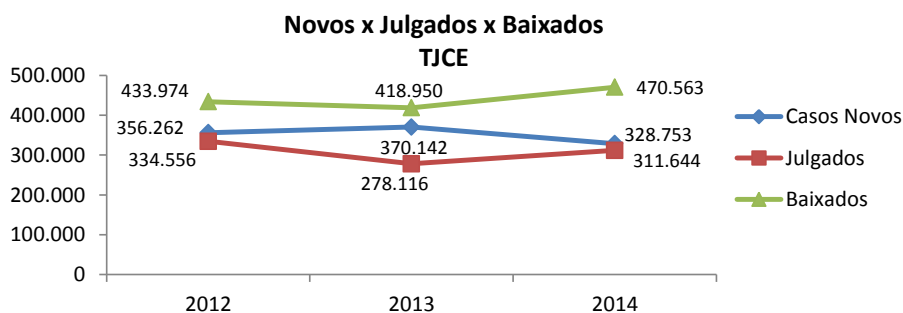
Como se pode observar pela Figura 1, ocorreu um crescimento na produtividade dos magistrados em todos os segmentos (2º Grau, 1º Grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais) e das baixas processuais no 2º Grau, no 1º Grau e nos Juizados Especiais, o que proporcionou uma elevação de 12,1% na produtividade do TJCE (número de processos julgados) e de 12,3% no total de baixas processuais, em relação a 2013. Os maiores

acréscimos de produtividade foram registrados nos Juizados Especiais (21,8%) e 2º Grau (18,3%), sendo este último o segmento que também registrou o maior aumento nas baixas processuais (16,2%).

Impende destacar que a ampliação no estoque processual de 2014 (Figura 1) denota a existência de inconsistências nas regras de extração dos dados relativos aos processos pendentes nos sistemas processuais, tendo em vista que em 2013 o quantitativo de baixas foi superior ao número de casos novos (Gráfico 4), o que deveria ter acarretado uma redução do acervo processual transferido para 2014. Ressalta-se, por oportuno, que referidas inconsistências estão sendo sanadas por meio dos trabalhos previstos na Portaria nº 306, de 13 de fevereiro de 2015, a qual dispõe sobre realização dos estudos e levantamentos necessários objetivando a elaboração, a revisão e a validação dos parâmetros de extração de dados relacionados às estatísticas do relatório “Justiça em Números” e das Metas Nacionais, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da publicação “Justiça Aberta” da Corregedoria Nacional da Justiça, bem como às estatísticas forenses da Corregedoria Geral de Justiça.

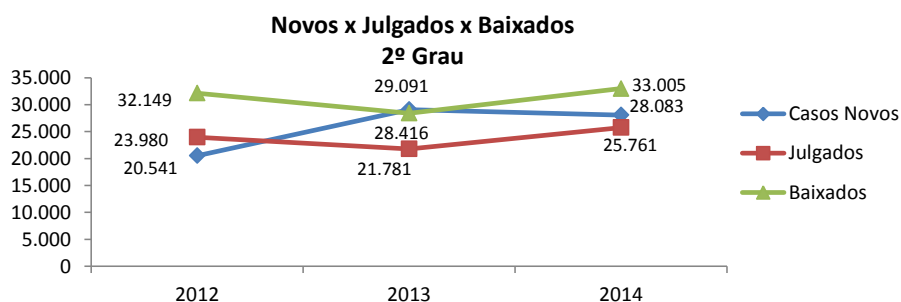
Seguem gráficos e tabela detalhando a evolução dos casos novos, julgados e baixados por segmento e por fase de ação (conhecimento e execução) nos últimos 03 anos:

**Gráfico 4** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - TJCE – 2012-2014



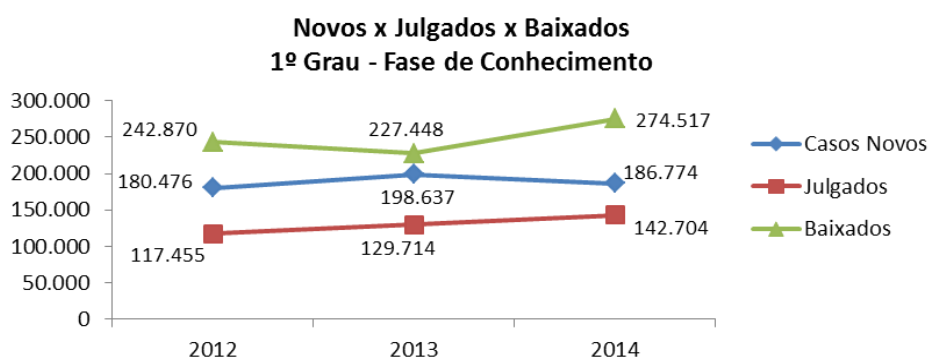
Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 5** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - 2º Grau - 2012-2014



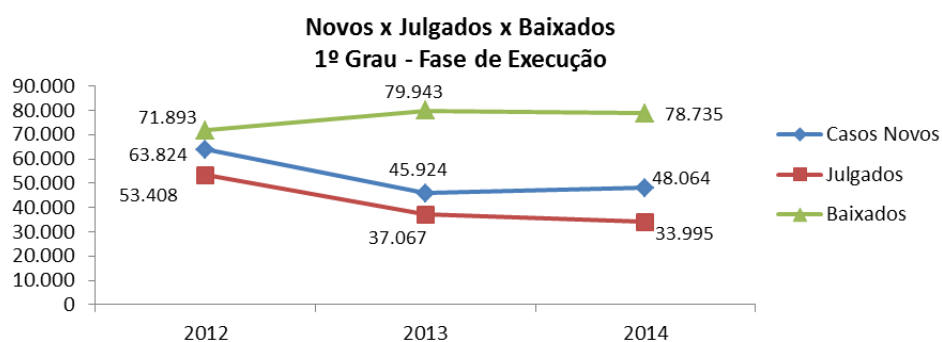
Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 6** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – 1º Grau Conhecimento – 2012-2014



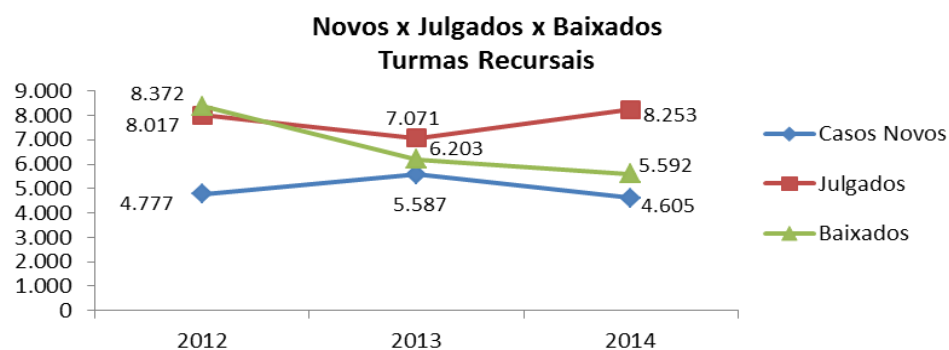
Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 7** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – 1º Grau Execução – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

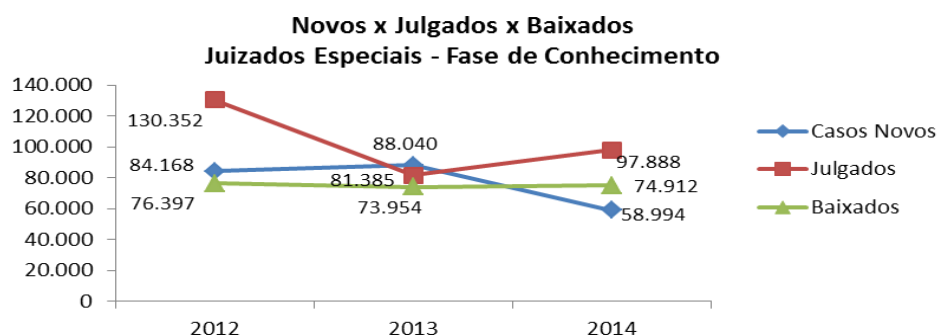
**Gráfico 8** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Turmas Recursais – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

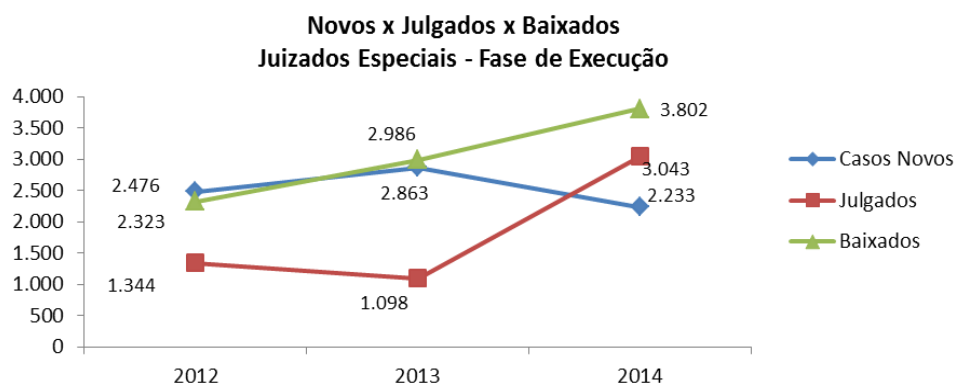


**Gráfico 9** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Juizados Especiais Conhecimento – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 10** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Juizados Especiais Execução – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Tabela 4:** Evolução do estoque, casos novos, julgados e baixados 2012-2014

Tribunal de Justiça	Estoque			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
2º Grau	37.607	40.297	56.117	20.541	29.091	28.083	23.980	21.781	25.761	32.149	28.416	33.005
1º Grau	804.516	846.627	947.277	244.300	244.561	234.838	170.863	166.781	176.699	314.763	307.391	353.252
Turmas Recursais	9.965	10.334	11.501	4.777	5.587	4.605	8.017	7.071	8.253	8.372	6.203	5.592
Juizados Especiais	120.872	134.928	141.237	86.644	90.903	61.227	131.696	82.483	100.931	78.690	76.940	78.714

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Quanto à carga de trabalho, verificou-se uma média de 4.083 processos por magistrado em 2014, com um aumento de 8,9% em relação a 2013 (Tabela 5). Excetuando-se os Juizados Especiais (que não contemplaram os processos oriundos do sistema PJ-e), todos os demais segmentos aumentaram as suas cargas de trabalho, com destaque para o 2º Grau e para as Turmas Recursais, que registram aumentos de 23,4%. Em contrapartida, houve

ampliação na quantidade de sentenças e decisões terminativas por magistrado em todos os segmentos, conforme se verifica da Tabela 5, o que levou a um aumento de 14,7% no indicador “sentenças/decisões por magistrado” do TJCE. As maiores carga de trabalho e proporção de sentenças por magistrado foram obtidas pelos juizados especiais, que registraram 4.876 processos e 2.403 sentenças por magistrado.

**Tabela 5** – Carga de Trabalho dos Magistrados e Número de Decisões por Magistrado do TJCE – 2012-2014

Segmento	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014
2º Grau	1.959	2.217	2.736	585	507	599
1º Grau	3.361	3.619	4.027	537	543	591
Turmas Recursais	833	974	1.202	422	416	590
Juizados Especiais	5.643	6.156	4.876	3.559	2.229	2.403
<b>Média Geral</b>	<b>4.041</b>	<b>3.749</b>	<b>4.083</b>	<b>984</b>	<b>719</b>	<b>825</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

No que diz respeito aos servidores, em 2014 houve aumento da carga de trabalho em todos os segmentos (Tabela 6), com destaque para as Turmas Recursais, que apresentaram a maior média de processos por servidor da área judiciária (841), e para o 1º Grau, que registrou o maior crescimento da carga de trabalho por servidor em relação a 2013 (22,8%). A média geral do TJCE em 2014 foi de 566 processos por servidor da área judiciária, representando um aumento de 17% em relação a 2013. A produtividade por servidor, por outro lado, apresentou ampliação significativa no 1º grau e nos juizados especiais (30% e 28%, respectivamente), perfazendo uma média geral de 172 baixas por servidor da área judiciária em 2014 (23,7% maior que a de 2013).

**Tabela 6** – Carga de Trabalho e Produtividade por Servidor – 2012-2014

Segmento	Carga de Trabalho por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade por Servidor da Área Judiciária		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014
2º Grau	250	322	343	100	96	96
1º Grau	450	473	581	133	131	170
Turmas Recursais	720	753	841	381	282	280
Juizados Especiais	607	624	701	229	211	270
<b>Média Geral</b>	<b>449</b>	<b>482</b>	<b>566</b>	<b>142</b>	<b>139</b>	<b>172</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

## 2.4 Baixados por Casos Novos e Taxa de Congestionamento

A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais baixados e o somatório entre casos novos e pendentes, ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução. Já a taxa de baixados por caso novo (Tb/Cn) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos, isto é, representa o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

O desempenho do TJCE nestes indicadores pode ser observado na Figura 2:

**Figura 2** – Indicadores de Produtividade no TJCE – 2014

	Baixados/CN	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento	
					Conhecimento	Execução
2º Grau	117,5%	↑ 19,8%	60,8%	↑ 1,8%	não se aplica	
1º Grau	150,4%	↑ 24,7%	70,1%	↓ -1,7%	67,9%	76,0%
Turmas Recursais	121,4%	↑ 10,3%	65,3%	↑ 4,3%	não se aplica	
Juizados Especiais	128,6%	↑ 44,0%	61,1%	↓ -4,8%	61,4%	55,8%
<b>TJCE</b>	<b>143,1%</b>	<b>↑ 29,9%</b>	<b>68,3%</b>	<b>↓ -1,8%</b>	<b>66,7%</b>	<b>75,5%</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE (adaptado de Relatório Justiça em Números 2014 (Ano base 2013) – CNJ)

Verifica-se, a partir dos dados contidos na Figura 2, que todos os segmentos do Tribunal conseguiram baixar mais processos do que a quantidade de distribuídos em 2014, fazendo com que o TJCE atingisse um percentual de baixados por caso novo de 143,1%, resultado este 29,09 pontos percentuais acima do registrado em 2013 (113,2%). Observou-se, ainda, uma redução no congestionamento do 1º grau e dos juizados especiais, acarretando uma queda de 1,8 pontos percentuais na taxa de congestionamento geral do TJCE, a qual passou de 70,1% (2013) para 68,3% (2014).

Destaca-se, por outro lado, que as ampliações registradas na taxa de congestionamento do 2º grau e das turmas recursais (Figura 2) foram diretamente ocasionadas pelas expansões dos seus estoques processuais de 2014 (Figura 1), haja vista que no ano em alusão os referidos segmentos conseguiram baixar mais processos do que a quantidade de distribuídos, contudo, o saldo gerado não foi suficiente para compensar o aumento do acervo de processos pendentes advindos de 2013.

A partir do detalhamento contido na Tabela 7, pode-se inferir, ainda, que apesar do decréscimo registrado em 2014 o 1º grau continua registrando a maior taxa de

congestionamento dentre os segmentos do TJCE, com 70,1%. Os segmento dos juizados especiais, por sua vez, foi o que apresentou o maior decréscimo em sua taxa, na ordem de 4,8 pontos percentuais com relação a 2013, contudo, cumpre ressaltar que versado descongestionamento foi potencializado pelo fato de não terem sido computados os dados relativos os casos novos e pendentes do sistema PJ-e.

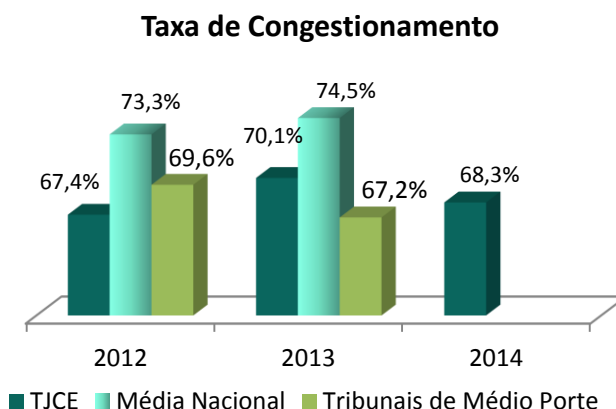
**Tabela 7 – Evolução da Taxa de Congestionamento – 2012-2014**

Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2012	2013	2014
2º Grau	44,7%	59,1%	60,8%
1º Grau	70,0%	71,8%	70,1%
Turmas Recursais	43,2%	61,0%	65,3%
Juizados Especiais	62,1%	65,9%	61,1%

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

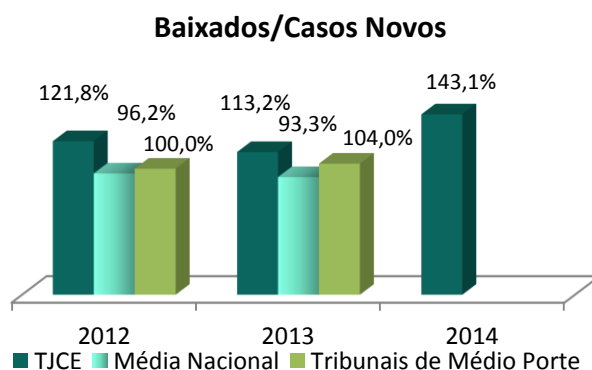
Nos gráficos 11 e 12 são apresentadas as evoluções da taxa de congestionamento e dos baixados por casos novos nos últimos 03 anos, comparadas com as médias nacionais da Justiça Estadual e dos tribunais de médio porte registradas até 2013. A última classificação do TJCE dentre os tribunais de médio porte e na justiça estadual, no que diz respeito ao congestionamento, é mostrada na figura 3 (classificação em ordem decrescente).

**Gráfico 11:** Taxa de Congestionamento – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 12:** Baixados/Casos Novos – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Figura 3** – Classificação do TJCE em relação à taxa de congestionamento (ordem decrescente) – 2013

	Ranking de Congestionamento	
	Geral	Porte
1ª Instância	10º	5º
2º Grau	5º	2º
<b>Geral</b>	<b>9º</b>	<b>5º</b>

Fonte: CNJ, 2014

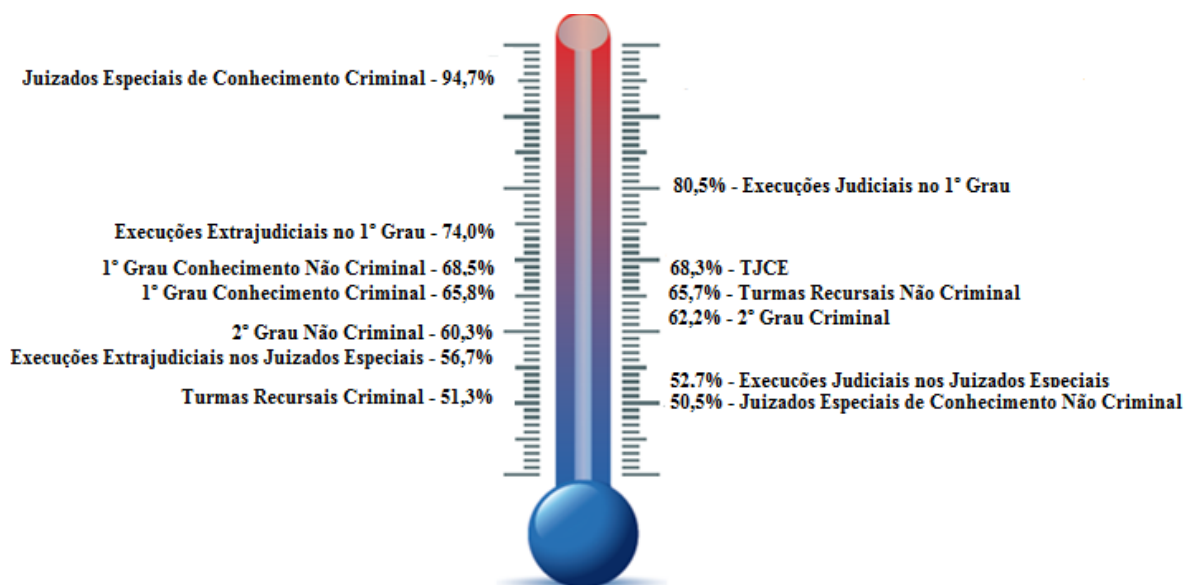
Vale registrar, por último, o impacto dos processos em fase de execução e de conhecimento na taxa de congestionamento, os quais representaram, respectivamente, 22,7% e 77,3% dos processos que tramitaram em 2014 no TJCE. A Tabela 8 traz os quantitativos de processos que tramitaram no referido ano, por fase, e a Figura 3 suas respectivas taxas de congestionamento.

**Tabela 8** – Processos que tramitaram em 2014

Instâncias	Conhecimento		Execução	
	Criminal	Não Criminal	Criminal	Não Criminal
2º Grau	22.243	61.957	na	na
1º Grau	190.398	663.846	53.302	274.569
Turmas Recursais	468	15.638	na	na
Juizados Especiais	47.683	146.182	661	7.938
<b>Total</b>	<b>260.792</b>	<b>887.623</b>	<b>53.963</b>	<b>282.507</b>
<b>%</b>	<b>17,56%</b>	<b>59,78%</b>	<b>3,63%</b>	<b>19,03%</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Figura 3** – Termômetro da taxa de congestionamento no TJCE – 2014



Fonte: Adaptado de Relatório Justiça em Números 2014 (Ano base 2013) – CNJ

Nota-se, a partir da Figura 3, que, dentre os processos em fase de execução, as maiores taxas de congestionamento referem-se aos processos de execução judiciais do 1º grau (80,5%), seguidas dos extrajudiciais do mesmo segmento (74%). Já dentre os processos de conhecimento, as maiores taxas são verificadas nos processos criminais dos juizados especiais (94,7%), seguidos dos não criminais (68,5%) e dos criminais do 1º grau (65,8%). Demais disso, pela Figura 2 podemos inferir, ainda, que no 1º grau o congestionamento foi maior nos processos em fase de execução, enquanto nos juizados especiais o congestionamento foi maior na fase de conhecimento.

### **3. Ações Empreendidas**

O presente estudo buscou antecipar e analisar os resultados do TJCE nos principais indicadores do Relatório Justiça em Números, referentes ao exercício de 2014, os quais serão objeto de publicação e divulgação nacional no 2º semestre de 2015.

Para o ano de 2015, foram e estão sendo empreendidas ações objetivando o aumento da produtividade de servidores e magistrados, bem como o aperfeiçoamento das estatísticas judiciais do TJCE, de forma a refletirem com maior fidedignidade a realidade do Poder Judiciário alencarino, dentre as quais se destacam:

- i. Disponibilização de relatórios automatizados às unidades judiciárias de 1º e de 2º grau contendo suas listagens de processos enquadrados nas metas 2, 4 e

6 de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, bem assim as relações de processos julgados até 31/12/2014 e que não registram movimentação de baixa (Índice de Descongestionamento), todos identificados mediante extração direta no banco de dados dos sistemas processuais SAJ, SPROC e PROJUDI;

- ii. Publicação da Portaria nº 306, de 13 de fevereiro de 2015, que determinou a realização dos estudos e levantamentos necessários objetivando a elaboração, a revisão e a validação dos parâmetros de extração de dados relacionados às estatísticas do relatório “Justiça em Números” e das Metas Nacionais, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da publicação “Justiça Aberta” da Corregedoria Nacional da Justiça, bem como às estatísticas forenses da Corregedoria Geral de Justiça.

Os trabalhos, que estão sendo coordenados pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, além de possibilitar a extração de dados mais fidedignos relacionados aos indicadores do TJCE constantes do Justiça em Números, viabilizará a extração automatizada, via sistemas processuais, das estatísticas forenses encaminhadas pelas unidades judiciárias ao Conselho Nacional de Justiça e à Corregedoria Geral de Justiça, como forma de otimizar o acompanhamento das produtividades por parte dos magistrados e reduzir as rotinas manuais de coleta e envio de dados pelas Secretarias de Vara;

- iii. Implantação, por meio da Portaria nº 942, de 23 de abril de 2015, de projeto piloto para monitoramento da taxa de congestionamento por unidade, compreendendo as seguintes atividades:
  - Extração dos dados referentes aos processos pendentes, novos e baixados nos sistemas processuais (SProc, Pje, Projudi, SAJSG e SAJPG) e disponibilização de relatório analítico da taxa de congestionamento da unidade;
  - Capacitação de diretores de secretaria e servidores em:
    - a) Planejamento como Ferramenta de Gestão;
    - b) Introdução à Gestão por Processos;
    - c) Introdução à Gestão por Resultados; e
    - d) Descongestionamento e Acompanhamento de Metas/Produtividade.
  - Diagnóstico e manualização dos procedimentos de baixa processual;

- Visita às unidades judiciárias para orientação e análise dos seus relatórios de congestionamento.

Os trabalhos serão iniciados em 27 de abril do corrente ano e terão prazo de 06 meses para conclusão, sendo realizados pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão e pela Secretaria Judiciária.

Fortaleza, 27 de abril de 2015.

**Kátia Michelle Matos de Oliveira**  
Diretora da Divisão de Estatística

**Sérgio Mendes de Oliveira Filho**  
Diretor do Depto. de Informações Gerenciais

De acordo:

**José Joaquim Neto Cisne**  
Secretário Especial de Planejamento e Gestão